



ANEXO V DA DELIBERAÇÃO TCE - RJ Nº 277 DE 2017

Item 16

Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.



Item 16

ANEXO V DA DELIBERAÇÃO TCE – RJ Nº 277/2017

Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pela Controladoria Geral do Município

Em cumprimento ao disposto no item 16 do Anexo V da Deliberação TCE nº 277/2017, informamos abaixo as medidas que foram tomadas:

DECLARAÇÃO

Ressalva nº 1:

Os cadastros dos Responsáveis, Modelo 1, apresentados em fls. 07, 08 e 09, em seus itens “5 – Dados do Servidor”, não contêm o lapso de tempo em que as contas estiveram sujeitas à gestão do responsável cadastrado em sua lacuna correspondente ao “Período de Gestão”, considerando que a Prestação de Contas se refere ao exercício de 2018.

O servidor indicado como “Gerente de Controle Interno” da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, conforme Modelo 1 constante em fls 08, não deve ser identificado, no segmento correspondente ao “Tipo do Responsável”, como “responsável pela Unidade Central de Controle Interno”

Medida Tomada:

Foram acatadas as ressalvas e corrigidas conforme apresentado nas fls. 167 e 168.

Ressalva nº 2:

Quanto à “NOTA 08 - Descrição dos parcelamentos:”, há inconsistência na quantidade de parcelas do “Parcelamento Lei 1194/09”. O texto acusa que o passivo seria pago em 180 parcelas, mas, por outro lado, aponta a ocorrência de 108 pagamentos restando 75 pendentes de pagamento, totalizando 183 parcelas.

Medida Tomada:

Identificamos o informado e para a próxima prestação de contas estaremos regularizando. Destacamos que tal ressalva não afeta o resultado da empresa.

Ressalva nº 3:

Os valores constantes do Anexo 17 da Lei 4.320/64, item 12 do Anexo V da Deliberação 277, não coincidem com as informações consignadas no próprio documento, pois os saldos a passar para o exercício seguinte destoam daqueles oriundos do exercício anterior considerando a movimentação (inscrição e baixa) no exercício.

Medida Tomada:

Os saldos inicial e final estão de acordo com os valores do balancete. Estamos entrando em contato com a Prefeitura Municipal de Niterói, para que o Sistema de informática do E-cidade seja alterado, indicando o saldo inicial e o saldo final, além dos créditos e débitos.

Ressalva nº 4:

O servidor indicado no inciso “II – RESPONSÁVEIS”, na linha referente ao “Responsável(is) pela Unidade Central de Controle Interno”, está erroneamente indicado neste segmento, que deveria contemplar a servidora Cristiane Mara Rodrigues Marcelino.

Quanto ao “III.2) Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária: em sua Tabela 1, não há menção às transferências financeiras realizadas no exercício que podem ser constatadas tanto na Demonstração das Variações Patrimoniais quanto no Balanço Financeiro. Cumpre ressaltar que a linha referente ao Superávit/Déficit está evidenciado valor positivo quando deveria estar acusando saldo negativo, mesmo considerando as Transferências Financeiras Liquidadas do exercício.

E razão do déficit constatado na Tabela 1, não pode a CLIN se furtar a responder à questão normativa nº 1, devendo, portanto, responder positivamente ao questionamento e especificar as medidas adotadas pela administração para conter o déficit financeiro.

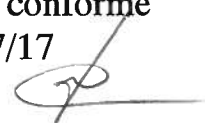
Ainda com relação às questões normativas, não foram prestadas as devidas especificações quanto à questão 8, a qual pede elucidação em nota explicativa em caso de resposta positiva para a existência de controle que assegure os pagamentos dos passivos em ordem cronológica conforme suas exigibilidades.

Medidas Tomadas:

Foram acatadas as ressalvas e corrigidas conforme apresentado nas fls. 174 e 176.

Ressalva nº 5:

A Declaração do Gestor informando as medidas tomadas para o saneamento das irregularidades deve ser elaborada conforme determinado pelo item 16 do Anexo V seja para fins de declaração positiva, seja para fins de declaração negativa, conforme determinado no artigo 5º, parágrafo único da Deliberação do TCE-RJ nº 277/17



Medidas Tomadas:

A Declaração do Gestor foi elaborada.

Ressalva nº 6:

Não foram elaborados os instrumentos previstos no §2º do artigo 23 da Lei 13.303/16 de modo que não foi elaborado Relatório conclusivo da análise efetuada pelo Conselho de Administração quanto ao atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo apresentados pela Diretoria.

Medidas Tomadas:

Está sendo providenciado para a próxima Prestação de Contas.

Ressalva nº 7:

Não foi feita distinção, dentro do Ativo Não Circulante, de conta relativa ao intangível, que pode ser constatada em Balanço patrimonial elaborado conforme o MCASP, em fls.35 do processo em tela.

Medidas Tomadas:

Acatada a ressalva e estaremos providenciando para o próximo exercício e futura Prestação de Contas. Cabe destacar que tal ressalva não altera o resultado da Empresa.

Ressalva nº 8


Quanto ao não cumprimento do prazo de envio do processo de prestação de contas para análise e certificação desta Controladoria, já que o mesmo deve ser enviado em até 180 (cento e oitenta) dias ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro Conforme Art. 7º da Deliberação TCE/RJ nº 277 de 24/08/2017.

Medidas Tomadas:

O não cumprimento do prazo deveu-se pela demora do registro das atas do Conselho junto a JUCERJA.

Por ser expressão de verdade, assino o presente,

Em 05 de agosto de 2019


LUIZ CARLOS FRÓES GARCIA
DIRETOR PRESIDENTE